- b) Não cumprimento, por facto imputável à entidade beneficiária, das respectivas obrigações legais e fiscais;
- c) Prestação de informações falsas sobre a situação da entidade beneficiária ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e fiscalização dos investimentos.

2 — A resolução do contrato implica a devolução do montante do incentivo já recebido, bem como do incentivo reembolsável, no prazo de 60 dias a contar da data da sua notificação, acrescido de juros calculados à taxa indicada no contrato de concessão de incentivos.

3 — Quando a resolução se verificar pelo motivo referido na alínea c) do n.º 1, a entidade beneficiária não poderá apresentar candidaturas a quaisquer apoios dos programas operacionais POE e POCTI.

ANEXO B

Situação económica e financeira equilibrada e cobertura do projecto por capitais próprios

1 — Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do anexo A, considera-se que os promotores de projectos de investimento possuem uma situação económico-financeira equilibrada quando apresentem um rácio de autonomia financeira superior a 25%.

2 — A autonomia financeira referida no número anterior é calculada através da seguinte fórmula:

$$AF = (CPE/Ale) \times 100$$

em que:

CPE — capitais próprios da empresa, incluindo os suprimentos que não excedam um terço daqueles, desde que venham a ser incorporados em capital próprio até à data da celebração do contrato de concessão de incentivos;

Ale — activo líquido da empresa.

3 — Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º do anexo A, consideram-se adequadamente financiados com capitais próprios os projectos de investimento cujo investimento elegível seja coberto por um mínimo de 30% de capitais próprios, calculado através de uma das fórmulas seguintes:

$$[(CPE + CPp)/(ALE + Ip)] \times 100$$

ou

$$(CPp/Ip) \times 100$$

em que:

CPE — conforme definido no n.º 2 anterior;

CPp — capitais próprios do projecto, incluindo novos suprimentos que não excedam um terço daqueles, desde que venham a ser incorporados em capital próprio até à conclusão material e financeira do projecto;

ALE — conforme definido no n.º 2 anterior;

Ip — Montante do investimento elegível do projecto.

4 — Para o cálculo dos indicadores referidos nos números anteriores será utilizado o balanço referente ao final do exercício anterior ao da data da candidatura ou um balanço intercalar reportado a data posterior, desde que legalmente certificado por um revisor oficial de contas.

5 — Mediante aprovação dos Ministros da Economia e da Ciência e do Ensino Superior, sob proposta con-

junta dos gestores, devidamente fundamentada, podem ser alterados os limites referidos nos n.ºs 1 e 3.

ANEXO C

Tipos de apoio público

1 — Nos termos do artigo 14.º deste Regulamento, o incentivo a projectos de investigação e desenvolvimento em consórcio entre empresas e entidades do SCTN pode ser concedido sob as formas de incentivo não reembolsável e incentivo reembolsável.

2 — Para projectos cujo incentivo não ultrapasse os €100 000 é atribuído um incentivo não reembolsável.

3 — Para projectos cujo incentivo ultrapasse os €100 000 é atribuído:

a) Incentivo não reembolsável para as seguintes despesas elegíveis:

- 1) Remunerações respeitantes a novas contratações de recursos humanos para actividades de I&D e inovação tecnológica;
- 2) Remunerações respeitantes a contratações de bolseiros;
- 3) Subcontratação de entidades do SCTN;
- 4) Custos com a internacionalização dos projectos;
- 5) Custos com a protecção de propriedade industrial e intelectual;

b) Incentivo reembolsável, sem juros, para financiar outras despesas elegíveis para além das enunciadas na alínea anterior.

4 — O incentivo por projecto não poderá ultrapassar o incentivo máximo previsto no artigo 14.º, em termos do equivalente subvenção bruta (ESB), mas o incentivo total poderá ser superior, considerando a componente de empréstimo reembolsável.

5 — A fórmula de cálculo do ESB na componente do empréstimo reembolsável é a seguinte:

$$ESB = Q (1 - i'/i) \{1 + (r^P - r^F)/[i(P - F)]\}$$

em que:

r — 1/(1 + *i*);

P — duração do empréstimo (em número de anos);

F — duração do período de carência, ou seja, o período inicial durante o qual o empréstimo não é reembolsado, sendo os juros pagos sobre o montante total do capital (em número de anos);

i — taxa de referência/actualização fixada pela Comissão Europeia. O valor desta taxa para os projectos aprovados em 2001 é de 6,33%;

i' — taxa bonificada — 0%;

Q — montante do empréstimo ou quota.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Portaria n.º 17/2003

de 9 de Janeiro

O gasóleo usado para aquecimento é na maior parte dos países europeus um produto petrolífero com características específicas, que não corresponde ao produto usado em Portugal para os mesmos fins, isto é o gasóleo colorido e marcado quando utilizado para aquecimento industrial, comercial ou doméstico.

No sentido de obviar esta lacuna foi feita a caracterização de um produto derivado do petróleo destinado

ao aquecimento que não pode ser utilizado como carburante.

Tiveram-se em atenção as especificações de produto similar em outros mercados europeus, e foram ouvidas as companhias petrolíferas.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro da Economia, ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 6 do artigo 39.º do Orçamento do Estado para 2002, aprovado pela Lei

n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro, que o produto derivado do petróleo destinado ao aquecimento, denominado por gasóleo de aquecimento, obedeça às especificações técnicas constantes do quadro anexo, o qual faz parte integrante da presente portaria.

Pelo Ministro da Economia, *Maria Dulce Farinha Franco Vilhena de Carvalho*, Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Economia, em 26 de Novembro de 2002.

ANEXO

Especificações do gasóleo de aquecimento

Características	Unidades	Limites	Métodos de ensaio
Massa volúmica a 15°C	Kg/m ³	850 (mín.) 900 (máx.)	ASTM D 4052; ISO 3675.
Enxofre	% (m/m)	0,20 (máx.)	IP 336; ASTM D 1552; EN 24 260; ISO 8754.
Destilação	—	—	ASTM D 86; ISO 3405.
65 % em volume	°C	250 (mín.)	
85 % em volume	°C	390 (máx.)	
95 % em volume	°C	A relatar	
Viscosidade cinemática a 40°C	mm ² /s	7 (máx.)	ASTM D 445; ISO 3104.
Ponto de inflamação	°C	Superior 60	ASTM D 93; ISO 2719.
Temperatura limite de filtrabilidade	°C	-6 (máx.)	IP 309; EN 116.
Ponto de turvação	°C	4 (máx.)	ASTM D 2500; ISO 3015.
Resíduo carbonoso [sobre 10 % (v/v) final da destilação]	% (m/m)	0,35 (máx.)	ASTM D 4530; ISO 10 370.
Água e sedimentos	% (v/v)	0,1 (máx.)	ASTM D 2709.
Corrosão da lâmina de cobre (3h a 50°C)	—	Classe 2	ASTM D 130; ISO 2160.
Corante e marcador	O tipo e concentrações são estipulados por portaria do Ministro das Finanças, tendo em consideração a Decisão da Comissão n.º 2001/574/CE, de 13 de Julho, alterada pela Decisão n.º 2002/269/CE, de 8 de Abril, que determina um marcador fiscal comum para o gasóleo e petróleo.		

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS

Portaria n.º 18/2003

de 9 de Janeiro

Pela Portaria n.º 1167/2002, de 29 de Agosto, foi renovada até 5 de Outubro de 2008 a zona de caça turística das Herdades de Baixo e outras, processo n.º 259-DGF, situada no município de Montemor-o-Novo, com uma área de 1797 ha, concessionada à Sociedade Cinegética e Turística da Herdade de Baixo, L.^{da}

Verificou-se entretanto que o parecer da Direcção-Geral do Turismo não está correctamente referido no n.º 2.º da citada portaria, pelo que importa proceder à sua correcção.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros da Economia e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que o n.º 2.º da Portaria n.º 1167/2002, de 29 de Agosto, passe a ter a seguinte redacção:

«2.º A Direcção-Geral do Turismo emitiu, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do diploma atrás citado, parecer favorável.»

Pelo Ministro da Economia, *Pedro Antunes de Almeida*, Secretário de Estado do Turismo, em 5 de Dezembro de 2002. — Pelo Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, *Fernando António de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, em 28 de Novembro de 2002.